

O CETICISMO ACADÊMICO DE LOCKE NA INVESTIGAÇÃO SOBRE O ENTENDIMENTO HUMANO DE HUME (I, IV, V E XII)

LOCKE'S ACADEMIC SCEPTICISM IN HUME'S ENQUIRY CONCERNING HUMAN
UNDERSTANDING (I, IV, V E XII)

Marcelo Fonseca R. de Oliveira

Universidade Federal Fluminense
marcelofonsecadeoliveira@gmail.com

RESUMO: O método de Hume na *Investigação Sobre O Entendimento Humano* (1758) é histórico e, assim, contra as fúteis abstrações (*the abstractedness of these speculations is no recommendation, but rather a disadvantage to them*). A constatação de incerteza (dúvida) e discordância (*diaphonía*) objetiva superar o ceticismo, em constatando-o equivocadamente. Em um movimento comum ao ceticismo moderno, veremos que Hume emprega instrumentos acadêmicos no plano de superação do ceticismo. Este contra ceticismo não se constitui sem ferramentas do ceticismo acadêmico lockeano (a análise do poder da mente pelos níveis de persuasão e assentimento).

PALAVRAS-CHAVE: Ceticismo Acadêmico; Locke; Hume; Assentimento; Persuasão; Método.

ABSTRACT: Hume's method in the *Inquiry Concerning Human Understanding* (1758) has a historical scope. This historical assumption claims against trivial abstraction (*the abstractedness of these speculations is no recommendation, but rather a disadvantage to them*). Hume argues for uncertainty (doubt) and disagreement (*diaphonia*) through some historical premises, aiming to surpass scepticism. Only through anachronism, notwithstanding, modern scepticism uniqueness seems plausible. In this context, if and only if scepticism is defined hyperbolically, one could surpass it. Hume employs academic tools, in a kind of modern academic scepticism, to overcome scepticism itself. It seems that this kind of counter-scepticism is not possible without modern academic tools, saying, those inspired in Locke (the scope of the mind's power analyzed through the degrees of assentiment and persuasion).

KEYWORDS: Academic Scepticism; Locke; Hume; Assentiment; Persuasion; Method;

Introdução

A absorção do ceticismo acadêmico de Cícero, mais especificamente, a recepção da obra *Academica* (54 a.C.) na modernidade, parece um fato incontornável¹. O estudo fulcral de Schmitt (1972) mapeia a presença da linhagem acadêmica na França do século XVI, no contexto da Reforma e da Contrarreforma. Há, assim, recepção destes tópicos, no século XVII².

¹ Em seguida, evidenciam-se as razões de uma prioridade interpretativa acadêmica em Locke e em Hume, mas não em detrimento do pirronismo: “As the early histories of philosophy written in the mid- and later eighteenth century show, skepticism, both Academic and Pyrrhonian, in ancient and modern form, was regarded as a significant and central philosophical movement with which thinkers of the time had to contend” (Popkin, 1993, p. 141). Há convívios destas duas tradições nos céticos modernos e que ainda não foram definidos, de modo exaustivo e canônico. Hume travou contato com as obras de Cícero, de Sexto e de Locke, dentre outros céticos. A questão é que Locke não é interpretado, pelos historiadores contemporâneos da filosofia, enquanto cético e os historiadores do ceticismo moderno raramente o contemplam. No entanto, buscarei evidenciar as similaridades entre o ceticismo de Cícero (sobretudo, no diálogo *Academica*, 45.a.C.), a filosofia de Locke e o ceticismo de Hume. Parte-se aqui, então, de uma questão aceita, sem exauri-la: a de que há um ceticismo lockeano (para alusão ao ceticismo lockeano enquanto tradição cética moderna, através do probabilismo, ver: Klemme, 2003). Analisar, portanto, o que, no ceticismo de Hume é oriundo, diretamente, da influência de Cícero e o que pertence ao *Ensaio* (1690), de Locke, torna-se uma tarefa adjacente, necessária, mas que, porém, não será concluída aqui. Não parece constituir um desafio a probabilidade de que Hume tenha tido contato, diretamente, com o diálogo *Academica* e com o *Ensaio*. Desde que se convença de que há recepção de Cícero em Locke, a irrelevância desta distinção não prejudica a compreensão do ceticismo de Hume.

² Fazemos uma breve apresentação do ceticismo acadêmico. Posterior à Crates, Arcesilau (315-240 a.C., aprox.) instaura questões céticas na Academia, de Platão. Um ceticismo dialético volta-se contra os estoicos, Zenão, sobretudo, atacando a questão do assentimento (às representações catalépticas). Não há certeza quando se oscila entre assentir ao verdadeiro ou ao falso. Assim, a questão da moderação do assentimento leva ao papel da opinião enquanto única modalidade de conhecimento (mesmo que ainda assim, a validade epistêmica da opinião seja mitigada). O problema do assentimento, então, aparece como um dos pilares do ceticismo acadêmico que será recebido na modernidade. O recurso ao *eulogon*, o razoável, surge no contexto do ceticismo acadêmico de Arcesilau, quando se objeta ao cético a impossibilidade de se viver diante à universal suspensão do juízo. Pelo razoável compreende-se que o ceticismo acadêmico de Arcesilau não estava em função, exclusivamente, do *elenchos* (a mera refutação ao adversário estoico). Carnéades (219-129 a.C.) representa outro pilar do ceticismo na Academia, atacando o estoicismo, na figura de Crisipo. A crítica ao critério de verdade surge como o bojo da contra-argumentação acadêmica de Carnéades (Cícero, *Acad. Post*, II.25, 79; *Acad. Pr*, II.31, 99). A doutrina do *pithanon* (provável) é resposta similar ao *eulogon*, ou seja, à objeção de que a suspensão do juízo, a partir do ataque ao critério de verdade, impossibilitaria a vida (ver Bevan, 1913, pp.133-34). Cícero (106 a.C. - 43 a.C.), por fim, representa a quinta etapa da Academia. Autor de obra vasta, sua contribuição mais significativa encontra-se no diálogo *Academica* (45 A.C), onde a teoria do conhecimento do ceticismo acadêmico é apresentada. O *in utrequem partem* (argumentação dos prós e contras sobre uma mesma questão) reforça o probabilismo que resulta no estabelecimento do verossímil. Tanto a doutrina do provável, quanto a defesa do verossímil, partem da constatação da impossibilidade do conhecimento da verdade. Esta constatação, por sua vez, origina-se da *diaphonia*, do dissenso crônico entre as filosofias. Cícero traduz o *pithanon* por *probabile* e, em alguns contextos, por *veri simile*. Outro tópico do ceticismo acadêmico que se encontra diluído nas principais obras filosóficas de Cícero trata da questão da liberdade do pensamento que, por sua vez, resulta na neutralidade do método à integridade do juízo.

O acesso à história da tradição cética, mais especificamente, do ceticismo acadêmico, estende-se até o escrito de S. Agostinho de Hipona (354-430 d.C.), *Contra Academicos*. No entanto, da breve lista de historiadores do ceticismo aqui consultados, somente Dumont (1985) inclui ambos. Quanto a Cícero, há certa relutância em considerá-lo no escopo mesmo da história da filosofia (Brochard, 2009, por exemplo, não o contempla). Dumont sublinha a questão da dúvida, no ceticismo acadêmico de Cícero. Para o desenvolvimento posterior do ceticismo

Mesmo que Schmitt não mencione o contexto do século XVII e Popkin (2003) tenha se voltado para o mapeamento do pirronismo³, na conclusão de sua pesquisa sobre as distinções entre pirronismo e ceticismo acadêmico, Bolzani (2013) menciona a recepção do ceticismo acadêmico no século XVII, muito embora, sem desenvolver a questão. Assim, nesta Introdução, busca-se apresentar a questão da recepção do ceticismo acadêmico em Locke e seu alcance em Hume através do tópico da busca da verdade e do falibilismo. Em seguida, evidencia-se o ceticismo acadêmico no *Ensaio* pela questão do método para, na sequência, mapeá-lo na primeira *Investigação*.

A questão da busca da verdade é um tema cético, encontrável em Cícero e em Sexto Empírico, mas também nos teólogos patrísticos. A epistemologia da religião, então, forma-se pelo escopo da investigação epistêmica, a saber, de analisar a razão e explicar a fé. Esta é uma abordagem moderna aos tópicos teológicos.

Na abertura do diálogo *Lucullus*, originalmente o segundo diálogo, mas que, pela editoração contemporânea, ocupa o Livro I do *Academica*, lemos, no contexto do prólogo, onde encontra-se o delineamento do ceticismo de Cícero: “mas nosso caso é mais incisivo, pois queremos descobrir a verdade sem polêmica” (Cícero, 2006, 2.7). Obviamente que a busca da

acadêmico, a partir do Renascimento e no Renascimento tardio dos séculos XV e XVI, as obras de Cícero e do teólogo patrístico não podem ser desmerecidas. S. Agostinho parece aderir ao ceticismo acadêmico, na juventude. A dúvida acadêmica aparece, em um primeiro momento, motivar a recusa do maniqueísmo. Posteriormente, S. Agostinho objeta o alcance ético da suspensão do juízo (que se torna *desperatio veri*: Dumont, 1985, p.30). Critica também a dúvida acadêmica como um erro, assim como a *zétésis*. A S. Agostinho, portanto, atribui-se a primeira compilação sistemática de argumentos contra o ceticismo. A tese da superação da dúvida em direção ao conhecimento da verdade, por exemplo, reformula-se em âmbito teológico das verdades da fé.

³ Popkin não contempla Hume na sua *History* (2003), apesar de dedicar-lhe espaço em obra posterior (1980a e b). No entanto, a interpretação do pirronismo de Hume parece falha, em alguns quesitos, no primeiro capítulo em que desenvolve a questão (1980a). A primeira objeção à interpretação de Popkin de que o ceticismo de Hume é um pirronismo extremo diz respeito às evidências textuais. A exegese de Popkin não apresenta trechos em que a presença das obras de Sexto Empírico seja evidente, verossímil ou muito provável. A segunda objeção condiz com a própria interpretação de Hume do ceticismo. Como se sabe, Hume não foi historicamente fidedigno à tradição cética. Algumas das incoerências em relação à recepção do pirronismo e do ceticismo acadêmico, nas obras de Hume, deve-se às instrumentalizações do ceticismo por Hume. A questão é que o termo ‘pirronismo’ e ‘pirrônico’ encontra-se nas obras de Hume (vide, Livro I do *Tratado*, por exemplo), mas não há mesmo menção às obras de Sexto Empírico. Enquanto os termos ‘acadêmicos’ e ‘céticos acadêmicos’ encontra-se nas obras de Hume, corroborados por menções diretas à Cícero (na primeira *Investigação*, por exemplo, onde há pouquíssima ocorrência do termo ‘pirronismo’ e derivados). Uma terceira objeção condiz à definição do ‘pirronismo epistêmico’ de Hume, segundo a interpretação de Popkin. Este se define, baseado na conclusão do Livro I do *Tratado*, pela tese da impossibilidade do conhecimento, historicamente atribuída aos acadêmicos, segundo o próprio Sexto Empírico. Mesmo a contraposição de Hume à conclusão dogmática negativa, conclusão atribuída aos acadêmicos por Sexto, ainda soa próxima à versão mitigada do ceticismo de Cícero; pois Hume insula o desespero da impossibilidade de conhecer através de um apelo à razoabilidade da vida comum. Desde que a *epoché* é atribuída à Arcesilau e não à Pirro e que a *epoché* universal aparece mais na tradição acadêmica (como resultado da constatação do desconhecimento crônico), a ambivalência do uso do termo ‘pirrônicos’ permanece na primeira *Investigação*. Enfim, mesmo que se mitigue a interpretação do dito pirronismo radical de Hume pela crítica de Hume ao pirronismo, a interpretação de Popkin é duvidosa no que condiz aos seus desdobramentos morais. Popkin ressalta a irracionalidade inerente ao homem, desde que não há justificativa racional de nenhuma crença e a razão estando, assim, aquém das paixões (1980a, pp. 116-118).

verdade é uma constante nas tradições helenistas, o que não autoriza a aproximar o empirismo de Locke ao ceticismo acadêmico, *a priori*. No entanto, o método dos acadêmicos que constata o desconhecimento da verdade parece inspirar o empirista moderno:

Para ter certeza, o conhecimento está sempre envolto por dificuldades e a obscuridade das coisas nelas mesmas e a fraqueza de nosso juízo é tal que pode-se ver porquê os primeiros e mais sábios filósofos deixaram de confiar nas próprias habilidades em descobrir o que queriam (Cícero, 2006, 2.7).

Na progressão pirrônica, por assim dizer, a *diaphonia* antecede a *isosthenia*, o que parece significar que as intempéries no conhecimento são devidas à *diaphonia*. O ceticismo acadêmico, no entanto, não parece sistematizar-se sob uma finalidade, fornecendo ferramentas à epistemologia de Locke.

Locke e o ceticismo

Locke é o principal expoente do empirismo na segunda década do século XVII e sua obra *magna* não é interpretada pelos contemporâneos historiadores da filosofia como a de um cético moderno. Em uma coletânea de artigos dedicados à recepção do ceticismo acadêmico na modernidade, por exemplo, nenhum artigo trata da questão no *Ensaio*⁴.

O *Ensaio Sobre O Entendimento Humano* foi publicado em 1690, após duas décadas de preparação. O termo mesmo de ‘ensaio’ parece repudiar, paradoxalmente, o tratamento sistemático da epistemologia. Neste quadro, a questão do ceticismo de Locke é pouco contemplada. O contato de Locke com o ceticismo ciceroniano, além de apresentar evidências históricas, como o catálogo da biblioteca de Locke, apresenta indícios textuais⁵.

⁴ Ver Smith & Charles (2017). Há pouquíssimo material sobre o ceticismo em Locke, mesmo havendo muita probabilidade do contato de Locke com as obras de Cícero. Assim, resumidamente, o ceticismo acadêmico de Locke define-se pelos seguintes tópicos: o método de análise das representações e a categorização dos tipos de ideias, reforça-se pelo contato com o diálogo *Academica*. O escopo deste método é o de mitigar o escopo do conhecimento, em uma versão ciceroniana do razoável (*eulogon*) e do provável. Em Locke, o método acadêmico potencializa o conhecimento da verdade através de ajustes empíricos e analíticos. Outro tópico acadêmico que encontra adesão no *Ensaio* é o da probabilidade do desconhecimento da verdade ou a negação do conhecimento da verdade. Locke, porém, objetiva superar este tópico. O probabilismo lockeano, tópico que parece receber mais reconhecimento dentre os estudiosos, configura outra influência da recepção do ceticismo acadêmico de Cícero, no *Ensaio*. O empirismo de Locke parece instrumentalizar alguns dos principais tópicos acadêmicos. O bojo do projeto do *Ensaio*, o de analisar o conhecimento para fundamentação da verdade, através da recursividade, emprega os tópicos presentes no ceticismo de Cícero.

⁵ Ver: Harrison, J & Laslett (1965, pp. 108-109). Junto ao catálogo da biblioteca de Locke, que contém obras de Cícero, os trechos comentados abaixo remetem ao ceticismo acadêmico. Neste artigo meu não há uma abordagem exaustiva, sob o viés do ceticismo acadêmico, às demais obras de Locke.

O alvo final de Locke é a busca da verdade, como a *Carta Prefácio* ao duque de Montgomery nos evidencia. Locke afirma-se um tradicionalista em religião, o que não impede o ensaio sobre as capacidades epistêmicas (ideias, conhecimento, probabilidade, razão e fé). A busca pela verdade, de fato, é algo prazeroso, e Locke a compara à caça e à arte da falcoaria (*hawking and hunting*).

A crítica ao conhecimento, tópico reformulado por outros céticos acadêmicos modernos, em Locke reformula-se pela análise da persuasão (*persuasion*), ou seja, a capacidade de persuadir envolve a questão do assentimento que, por sua vez, implica na questão do verossímil ou provável. O auditório deste empirismo cético parece endereçar-se aos teólogos anglicanos e aos *nouveaux* cientistas, através da constatação de que a razão é limitada. A dificuldade do conhecimento da verdade, tópico sobre o qual o argumento acadêmico oscila entre a *zétésis* ou entre a afirmação da impossibilidade do conhecimento, soma-se ao falibilismo, ou seja, à constatação dos limites do julgamento. Logo abaixo, os trechos de Locke corroboram o ceticismo acadêmico, não somente pelo falibilismo (constatação dos limites naturais das capacidades epistêmicas).

Outros tópicos acadêmicos são reformulados por Locke, como o tópico sobre o assentimento à persuasão, ou seja, o critério persuasivo sobre as impressões. No contexto de Cícero, o assentimento, para os estoicos, era necessário para validar as impressões catalépticas, funcionando como meio termo entre a impressão e a representação cataléptica. Para os acadêmicos, o assentimento é o mesmo nas impressões verdadeiras e nas falsas. Assim, o acadêmico defende que a ação não pressupõe o assentimento, agindo ou por impulso natural (seguindo as impressões) ou pelo *eulogon*⁶.

Na *Carta ao Leitor*, Locke estabelece a diretriz metodológica da epistemologia empirista na busca da verdade e no conhecimento da fé. O pressuposto desta diretriz inspira-se no ceticismo: “foi necessário examinar nossas próprias capacidades e observar à quais objetos nosso entendimento estava apto ou não para conhecer” (Locke, 1952, p. 87)⁷. Esta é a primeira ocorrência do anúncio do método acadêmico que define, historicamente, o empirismo de Locke.

⁶ Compreendo que o problema do assentimento estoico fomenta a ética da crença (religião e moral) de Locke, desde que Locke entende que o problema recai nos dogmáticos, ou melhor, no uso que os dogmáticos (leia-se, algumas alas anglicanas) fazem da persuasão (o extremismo religioso, que se evidencia um uso errado da persuasão e, portanto, epistemicamente vicioso).

⁷ O método recursivo aparece, de modo breve, mas contundente, em alguns trechos das obras de Cícero. De fato, o próprio ataque ao assentimento às representações catalépticas requer a imersão cognitiva ou epistêmica, por assim dizer. Mesmo que a modernidade tenha compreendido a validade deste método pelo viés da subjetividade, com Descartes, o tópico encontra-se nas epistemologias da tradição cética, mas não somente (vide a epistemologia estoica de Epíteto, por exemplo). Para o trecho fulcral que direciona o método à recursividade, ver: *Academica* (I.XII, 42).

A busca da verdade requer o mapeamento epistêmico (a análise das ideias, a descrição das capacidades epistêmicas, razão, imaginação, memória, a classificação das ideias) e a delimitação das fronteiras do conhecimento. Descrever os objetos na mente através do método analítico da distinção (ideias determinadas) mobiliza a recursividade ou a introspecção, capacidade que dogmáticos não possuem ou não sabem como utilizar ou não a utilizam, deliberadamente⁸.

O método da recursividade, que fundamenta a subjetividade, então, busca um critério através da análise epistêmica. Ao estabelecer quais objetos são conhecíveis, o método estabelece um critério, tópico tradicionalmente acadêmico, desde a querela contra os estoicos.

Na *Introdução*, os termos do método empirista aproximam-se do ceticismo acadêmico. O ensaio sobre o entendimento, ou seja, a investigação sobre a origem, a certeza e a extensão do conhecimento, estabeleceu os níveis da opinião, da crença e do assentimento. Assim, uma premissa do método empirista de Locke compõe-se de tópico acadêmico (*the grounds and degrees of belief, opinion and assent*). Locke nomeia este método de histórico (*this historical, plain method*), em sentido próximo ao que Hume entende como historicidade do método, ou seja, uma descrição analítica sobre o conhecimento, que se constitui através da tradição cética. O nível conceitual da investigação, sobre a formação mesma dos conceitos na mente, se realiza, não exclusivamente, através de ferramentas do ceticismo acadêmico. À formação das noções do entendimento, das ideias, a investigação epistêmica estabelece a medida das certezas (crenças), definindo os níveis de persuasão (assentimento).

Assim, o projeto de Locke faz uso ambivalente do ceticismo, pois afirma que este método, acadêmico, objetiva a contra objetar àqueles que, pela *diaphonia*, afirmam que: “não há, definitivamente, tal coisa como a verdade ou a humanidade não possui capacidade suficiente para alcançar certo conhecimento dela” (Locke, 1952, p. 93). A ambivalência, assim, consiste em usar ferramentas do ceticismo acadêmico contra a conclusão historicamente atribuída a esta vertente. Ora, historicamente, estes que o afirmam são os cétricos acadêmicos, ou dogmáticos negativos⁹, que rejeitam o conhecimento da verdade pela crítica das capacidades naturais.

⁸ Locke não nomeia seus adversários, ao modo de Descartes. Porém, a análise da persuasão, que envolve o assentimento, ocorre através de ferramentas acadêmicas. Ao buscar mitigar a persuasão e moderar o assentimento, o corolário é motivado por uma discordância em relação a alguns dogmáticos de seu tempo.

⁹ Segundo a breve história do ceticismo de Sexto Empírico: (H.P, I.4). Assim, a tese do desconhecimento da verdade define a tradição acadêmica: “Por isso Arcesilau usualmente negava que algo pudesse ser conhecido, nem mesmo a reivindicação residual que Sócrates se atribuía, o conhecimento de que ele nada sabia. Ele (Arcesilau) ponderava que tudo está tão profundamente oculto, que não se pode discernir ou entender nada” (Cícero, 2006, I.45). O dilema epistêmico (dilema que nega mesmo o conhecimento, paradoxal, de que se conhece que não se conhece) é proporcional ao desconhecimento metafísico, ou seja, a obscuridade do mundo exterior causa a constatação dos limites epistêmicos (sentidos limitados, razão falha) que, por sua vez, desconhecem a verdade.

Porém, o escopo e os corolários deste uso do ceticismo acadêmico, por Locke, abrangem outros tópicos, que influenciam Hume.

O método empirista de Locke, portanto, ampara-se no ceticismo, podendo ser nomeado de método empirista cético: “investigar os limites entre opinião e conhecimento e examinar através de que medidas, em objetos sobre os quais não temos conhecimento certo, deve-se regular o assentimento e moderar a persuasão” (Locke, 1952, p. 93)¹⁰.

Do problema da distinção entre conhecimento e opinião, caro à tradição cética¹¹, da persuasão sobre a medida da ignorância, decorre a regulamentação do assentimento. O tópico sobre o assentimento (*adsensio, sunkatathesis*), problema que envolve a querela entre estoicos e acadêmicos, quando analisado e esmiuçado pelo método empirista, objetiva moderar a persuasão, tão mal-empregada pelos dogmáticos (sobretudo teólogos extremistas e fanáticos). A recursividade ou a *peritrope*, ferramenta central do método cético moderno, tanto racionalista quanto empirista, objetiva à superação de um tipo de ceticismo, em favor da fé. O conhecimento das capacidades epistêmicas é a cura contra o ceticismo, segundo o uso que Locke faz do mesmo. Os corolários deste método não incorrem nem na inércia da ignorância total (que se desesperou de nada conhecer) nem em questionar tudo (a dúvida hiperbólica), desmerecendo o conhecimento, persuadido de que não há conhecimento.

O ceticismo, definido na *Introdução* é tanto o corolário de uma postura dogmática mitigada (a moderação do assentimento, através da ética da persuasão¹² e contra o *cético perfeito*, o dogmático que apela para debates infundáveis e sem critério), quanto da mitigação, pela razoabilidade, do corolário acadêmico (a verdade pode ser conhecida, circunscrita a alguns âmbitos).

Assim, o emprego de ferramentas acadêmicas na metodologia empírica parece explicar-se a partir da constatação do absurdo dogmático para, então, instrumentalizá-las. O erro dos dogmáticos, erro que é comum também aos homens comuns, é o de tentar estender as suas

Pela indistinção entre impressões verdadeiras e falsas, Philo, representante da academia, segundo Antioco, afirmava a impossibilidade da verdade. O cerne do argumento acadêmico, portanto, é o critério de verdade, recusado pelos acadêmicos a partir do ceticismo sobre as impressões catalépticas ou persuasivas.

¹⁰ Mesmo que Locke não se diga cético, na *Carta ao Leitor* e na *Introdução*, a influência do ceticismo acadêmico é muito provável, considerando alguns fatos históricos, biográficos e intelectuais do período. Locke instrumentaliza o ceticismo para fundamentar seu sistema empirista. Pois, quais outros postularam os limites do conhecimento, de modo definitivo, senão a tradição cética?!

¹¹ Por exemplo, *Academica* (II. 59-60). A questão é que o sábio acadêmico, para o estoico, não emite opinião, desde o desconhecimento da verdade e do erro ao qual o conhecimento está sujeito, a partir da indistinção entre as impressões verdadeiras e falsas. Assim, a opinião é ainda mais fadada ao erro. A estratégia probabilista de Carnéades para manter a sabedoria acadêmica sugere que há algumas impressões mais prováveis que outras, mesmo que ainda assim o probabilismo esteja sujeito ao erro.

¹² Define-se por esta expressão o emprego de recursos epistêmicos, embasados por ferramentas céticas, na análise e conseguinte moderação da persuasão em prol de corolários éticos.

indagações para além das próprias capacidades. Esta postura causa disputas que podem tornar-se infundáveis, produzindo dúvidas até o ápice do ceticismo, pois jamais conformam-se à distinção falibilista sobre o que se pode conhecer. Para superar esta postura, mobiliza-se o método empirista, o qual usa ferramentas acadêmicas:

Quando bem analisadas as capacidades de nosso entendimento, uma vez descoberta a *extensão do conhecimento* e encontrado o horizonte que estabelece as fronteiras entre as partes iluminada e obscura das coisas, *entre o que é e o que não é compreensível por nós*, os homens irão, talvez, aquiescer com menos escrúpulo na confessa *ignorância* (Locke, 1952, p.95).

Eis o princípio do método, analisar as reais capacidades epistêmicas, cuja motivação é a busca pelo critério de verdade que estabelecerá os limites do conhecimento, ou seja, a descoberta do horizonte da verdade que persuadirá sobre a ignorância dos homens.

Este método acadêmico é sistematizado por Locke quem, por sua vez, foi interpretado por alguns de seus contemporâneos como um cético. Mesmo que a história da filosofia não tenha canonizado Locke como um cético moderno, o embasamento deste método acadêmico atinge o século seguinte.

Ceticismo acadêmico lockeano na primeira *Investigação*

O estudo fulcral de K. Smith (1941) dedica o terceiro capítulo da Parte I à questão da influência do *Ensaio* em Hume. A recepção de Locke em Hume justifica-se pelo próprio Hume, que critica a definição de idéia de Locke, definição esta presente no último parágrafo da *Introdução do Ensaio Sobre O Entendimento Humano*.

Para K. Smith é importante distinguir a confluência entre as influências de Locke e Newton. A distinção, de origem acadêmica, entre conhecimento, opinião e crença é o tópico que liga o ceticismo de Hume a Locke. A redução do conhecimento do mundo exterior às impressões (que se bifurcam em sensação e reflexão) é uma versão moderna da querela entre estoicos e acadêmicos sobre o critério epistêmico, a partir da impressão cataléptica ou persuasiva. A identificação da crença como o elemento epistêmico primordial, ou seja, como o fenômeno mental constitutivo dos demais, implica em uma redução, cara ao ceticismo.

A objeção deste artigo à interpretação de K. Smith é que esta concerne exclusivamente ao *Tratado da Natureza Humana*, empregando método comparativo insatisfatório. No entanto, ao mencionar a interpretação de Green, K. Smith resgata a tradição interpretativa de Reid a Stuart Mill, de acordo com a qual Hume foi influenciado por Locke. Porém, não há uma

investigação mais detalhada sobre a relação desta tradição empirista com o ceticismo. Ainda assim, encontra-se trecho valioso para a confirmação desta influência quando, ao posicionar-se pela mitigação da presença de Locke no pensamento de Hume, K. Smith (em defesa do naturalismo e não do ceticismo) cita Grose que afirma o seguinte: “estabelecido primeiro em Reims, mas principalmente em La Flèche, Anjou, [Hume] ocupou-se, durante três anos, em coletar trechos, em seus manuscritos, das filosofias de Locke e Berkeley” (Smith, 1941, p.82, nota 2).

Mesmo que sobre o ceticismo de Hume haja vasto material, um dos estudos pioneiros na contextualização deste ceticismo é o estudo de Jones (1982). A partir deste estudo, o ceticismo acadêmico de Hume, tal qual se desenvolve na *Investigação*, apresenta relação direta com Cícero: “Filosoficamente, seu início enraíza-se no ceticismo, no naturalismo e no método retórico de Cícero (...)” (Jones, 1982, p. 9).

O ceticismo acadêmico parece constituir-se na tradição à qual Hume baseia sua distinção entre conhecimento de relações entre ideias (razão) e conhecimento de questões de fato¹³.

Ainda, o estudo das obras de Cícero, por Hume, data do período em que estudou Direito. Na sua autobiografia, publicada em 1777, lê-se: “e enquanto eles imaginavam que estudava Voet e Vinnius, Cícero e Virgílio eram os autores que secretamente devorava” (Hume, 1987, p. xxxiii)¹⁴. No que concerne à influência do ceticismo de Cícero, através de Locke, em Hume, entre 1740 e 1748, o argumento do parágrafo 4 da Seção da *Investigação* nos indica: “a fama de Cícero floresce no presente (...) enquanto Locke deve ser inteiramente esquecido” (Hume, 1952, p. 452).

A *Investigação Sobre O Entendimento Humano* foi publicada em 1748, reformulando o Primeiro Livro do *Tratado* (composto de quatro Partes). O ceticismo da Primeira Parte do *Tratado* ajusta-se a um escopo mitigado, na primeira *Investigação*¹⁵. Havendo mais referências

¹³ “A posição cética de Hume na primeira *Investigação* difere do ceticismo do *Tratado*, sobretudo, pelos ‘estritos limites’ de nossas investigações” (Jones, 1982, p.169). Os ‘estritos limites’ das capacidades epistêmicas (razão, entendimento e memória), a redução do escopo do conhecimento, indicam a influência do método acadêmico lockeano.

¹⁴ A questão, que não é simples, refere-se, portanto, à qual Cícero Hume teve contato.

¹⁵ “Mas esta constatação dos perigos da filosofia o leva, na primeira *Investigação*, a uma busca mais formal de limitar o Ceticismo através da limitação do objeto de reflexão filosófica, assim como a sua ocasião psicológica. Refiro-me, claro, à introdução do conceito de Ceticismo mitigado que Hume recomenda como um modo de pensamento cujas virtudes podem ser óbvias se aprendermos a humildade sobre os poderes de nossa razão, pela indulgência com a variedade pirrônica” (Penelhum, 1983, p. 125). A razão humilde, recolocada em sua condição natural, é um fator do ceticismo acadêmico de Locke e não do pirronismo, contrariamente à interpretação de Penelhum. A limitação do objeto de reflexão filosófica, bojo do projeto de Locke, é resultado da constatação epistêmica falibilista que aparece no ceticismo acadêmico. Outra questão equivocada é que o pirrônico não

e menções textuais a céticos modernos, dentre eles, Locke, mas também à Cícero; parece pouco provável uma interpretação do ceticismo de Hume enquanto integralmente pirrônico.

Gilson, na sua *Filosofia Moderna* (1963, p.195), afirma que Hume se sensibilizou pelo falibilismo de Locke, quando este refazia o percurso até o ‘ceticismo perfeito’, ou seja, das pretensões vãs de conhecimento que geram a *diaphonia*. O mesmo Gilson, na nota biográfica sobre Hume, afirma, sobre o período em que viveu na França: “Não se sabe, ao certo, o que ele leu, mas, com certeza, leu Locke e Berkeley” (Gilson: 1963, p.250, nota 1). Mesmo que o contato de Hume com o *Ensaio* date de, aproximadamente, uma década antes da publicação da primeira *Investigação*, ainda assim ecos desta obra do empirismo estão presentes ao longo das Seções IV, V e XII.

Além disso, as circunstâncias de publicação da primeira *Investigação* parecem indicar uma distinção entre dois tipos de ceticismo. A primeira *Investigação* abre-se com uma distinção entre dois tipos de filosofia (moral). Mesmo que a definição de filosofia moral (*moral philosophy*) implique em uma posição bem própria a Hume, onde a dita ciência da natureza humana ou epistemologia (*mental geography*) enquadra-se na definição de filosofia moral; a compreensão de Hume não abdica da história. Assim, o escopo epistêmico de análise do entendimento é claramente motivado por um compromisso com a história do pensamento. Mas a bifurcação de dois tipos de filosofia define a própria epistemologia da *Investigação*?! Parece haver uma compatibilidade entre a primeira espécie (*easy and obvious philosophy*) e a segunda [*to form his (man) understanding*]¹⁶. Aliás, a menção a Cícero e à Locke, na Seção 1, define o filósofo romano pelo primeiro tipo, enquanto o empirista inglês é definido pelo segundo. Assim, a interpretação do ceticismo de Hume, na *Investigação Sobre O Entendimento Humano*, como um tipo de ceticismo acadêmico com raiz em Locke, condiz ao próprio projeto de Hume¹⁷. Porém, excluiria Cícero das páginas da epistemologia, cujo tópico fulcral é a formação do entendimento ou do juízo.

A historicidade do método posiciona-se contra as fúteis abstrações (*the abstractedness of these speculations is no recommendation, but rather a disadvantage to them*), ou seja, contra os sistemas de metafísica. A análise das capacidades epistêmicas, como resultado delas, define a recusa das questões metafísicas. A constatação de incerteza (dúvida) e discordância (*diaphonia*), de algum modo, objetiva superar o ceticismo, em constatando-o histórica, mas

necessariamente suspende o juízo sobre a vida comum (ver D. L, IX). É certo que o *eulogon* de Arcésilau funciona para viabilizar a vida, mas o sábio pirrônico de Diógenes Laércio não estende a *epochè* às crenças ordinárias.

¹⁶ “Unir as fronteiras de espécies diferentes de filosofia”, (EHU, I. I. 10).

¹⁷ “Que Hume considera-se um cético Acadêmico e não um Pirrônico é indiscutível” (Smith, 2017, p. 346).

equivocadamente¹⁸. O erro do anacronismo, no entanto, instaura a verossimilhança da tese da originalidade dos céticos modernos. A superação do ceticismo através da epistemologia ocorrerá, se e somente se, definirmos este ceticismo de modo hiperbólico. Ou melhor, esta definição é, por princípio, equivocada, o que bloqueia a superação. Em um movimento comum ao ceticismo moderno, veremos que Hume emprega instrumentos céticos acadêmicos no plano de superação do ceticismo. Compreende-se que este contra ceticismo não se constitui sem ferramentas do ceticismo acadêmico lockeano (por exemplo, a análise do alcance do poder da mente, tópico que define a epistemologia, baseada no probabilismo).

Dito isso, parte-se, então, da conjectura de que Locke foi um cético acadêmico moderno. Em alguns momentos da *Investigação Sobre O Entendimento Humano*, Hume cita Locke (dentre alguns filósofos citados, incluindo Cícero). Apesar de pouquíssimo interpretado como um cético acadêmico, pela bibliografia contemporânea, alguns contemporâneos de Locke o objetaram de cético. A constatação mesma de Hume sobre os limites do pensamento (compor, transpor, aumentar, diminuir) pressupõe o tópico do ceticismo acadêmico de Locke, sobre a análise das capacidades epistêmicas.

Na resposta à objeção sobre a irregularidade inferencial, que bloqueia o conhecimento do mundo exterior (*Seção IV*), Hume começa a descrição da tradição definida como ‘filosofia acadêmica’ (*Seção V*). Os termos aproximam-se do projeto cético acadêmico de Locke (*of confining to very narrow bounds the enquiries of the understanding*), o que nos autoriza, então, à identificação dos principais dispositivos do ceticismo de Hume como uma modalidade do ceticismo acadêmico de Locke¹⁹.

O falibilismo (*but so narrow are the bounds of human understanding*)²⁰, tese de pressupostos e corolários céticos, constitui um dos princípios do ceticismo de Hume e um signo da influência do ceticismo de Locke. A insatisfação com as ciências é um dos pressupostos deste falibilismo²¹. Além de definir a própria filosofia, pois possibilita que o método se distancie

¹⁸ Hume constata o ceticismo através de um argumento que se refere à *disputatio* escolástica, inspirando-se no *perfect scepticism*, de Locke. Este erro é um erro historiográfico comum aos céticos modernos, desde Montaigne, ou seja, o de interpretar a *disputatio* escolástica como uma via que resultou no ceticismo. Porém, concomitantemente, é signo de instrumentalização e explicação da função histórica do ceticismo.

¹⁹ Hume cita Locke em momentos decisivos de sua epistemologia. Na *Seção VI*, sobre a probabilidade, Hume menciona a bifurcação entre conhecimento demonstrativo e provável, que embasa o probabilismo acadêmico de Locke. Hume acrescenta a ferramenta da prova como conhecimento exato. Na *Seção VII*, sobre a ideia de conexão necessária, Hume menciona a impossibilidade do poder natural de causar as ideias simples.

²⁰ Para Thorsrud (2009, pp. 87-91) define-se o ceticismo mitigado de Cícero pelo falibilismo.

²¹ Hume (EHU, I. I. 4). O falibilismo humeano é uma função da busca de superar a metafísica, exemplo principal do segundo tipo de filosofia, a filosofia abstrusa, difícil e incerta. A despeito das sutis distinções analíticas, se o falibilismo é definido pela compreensão dos limites ou pela constatação dos limites das capacidades epistêmicas da mente humana, é preciso compreender que são os céticos que aderem ao falibilismo como um projeto filosófico,

daquele da filosofia abstrusa, o falibilismo, no entanto, instaura-se a partir da constatação mesma de que o entendimento não é naturalmente apto para a metafísica:

O único método para livre instruir-se, aliás, longe destas questões abstrusas é inquirir, seriamente, sobre a natureza do entendimento humano e mostrar, a partir de uma análise exata de seu poder e capacidade, que não é apto, de nenhum modo, a tais abstrusos e remotos objetos (EHU, I. I. 7).

Hume nomeia este falibilismo de ‘remédio católico’. Este método, livre em relação ao dogmatismo, mobiliza a análise do entendimento para estabelecer seu escopo, definindo suas fronteiras a partir desta análise (*an accurate scrutiny into the powers and faculties of human nature*) que, por sua vez, reforça as virtudes epistêmicas.

Ora, a história da filosofia moderna vislumbra este projeto, desde Descartes, mas é em Locke que o método analítico, com base no ceticismo acadêmico probabilista, se fundamenta a partir da premissa falibilista, que instaura o caráter experimental dos corolários.

A princípio, o ceticismo opõe-se ao método analítico-empirista. A adesão cética bloquearia a probabilidade de certeza do método (*science*): “E não pode permanecer nenhuma suspeita de que esta ciência é quimérica e incerta, ao menos que se nutra tal ceticismo completamente subversivo a toda especulação e mesmo à ação” (EHU, I. I. 8).

Se nutrirmos um ceticismo contrário a natural existência das capacidades epistêmicas, probabiliza-se (*suspicion*) a incerteza sobre a ciência da natureza humana. Ao enumerar as capacidades epistêmicas, Hume considera a existência da verdade para além do ‘compasso’ do entendimento humano²². Ou seja, há uma esfera da verdade que ultrapassa as capacidades epistêmicas e que pressupõe o método acadêmico, pois instaura o falibilismo empirista. Esta esfera refere-se ao fideísmo, ao âmbito, portanto, do escopo da fé e da existência de Deus.

O empirismo é entendido como a negação da existência das ideias inatas, que constata que impressão e ideia são atreladas, necessariamente, à experiência. Mas o estatuto da experiência se problematiza. Na Seção IV, o ceticismo causal instaura a dúvida sobre o conhecimento de fato²³.

tout court. A partir disso, distinguir as diversas versões modernas de falibilismo cético e seus corolários, como de que a mente pode manter crenças falsas ou equivocadas.

²² EHU, I. I. 8

²³ “O título mesmo das Seções IV e V da primeira Investigação, refletem o objetivo de Hume de mostrar que o raciocínio à priori não pode, sozinho, estabelecer qualquer matéria de fato e que o raciocínio factual não resulta do entendimento” (Jones, 1982, p. 6).

A dúvida sobre os conhecimentos de fato é mais um corolário do ceticismo acadêmico de Cícero, do que de Locke. Mesmo não havendo evidência textual que explique esta conjectura, dada a hipérbole da negação do conhecimento de fato, Hume parece aderir à conclusão historicamente atribuída aos acadêmicos, a da impossibilidade do conhecimento.

Uma característica do ceticismo empírico de Locke, que influencia Hume, condiz aos poderes epistêmicos (*natural powers*). A probabilidade modaliza o conhecimento das questões de fato e de existência. Desde o abalo na relação de causa e efeito, a probabilidade, de algum modo, define o conhecimento dos eventos futuros, pois estes são projetáveis através da relação de similaridade com os eventos passados. No entanto, como bem remarca Hume, não há identidade entre eventos passados e eventos futuros, desde que o princípio de diferença rege a experiência. Assim, há somente uma similaridade, parcial, neste fundamento epistêmico que, portanto, somente probabiliza o conhecimento. Este probabilismo inferencial, então, justifica-se pelo fundamento epistêmico dos conhecimentos de fato. Não há eventos na experiência que expliquem a suposição da mesma ocorrência, no futuro.

O ceticismo acadêmico é mobilizado, paradoxalmente, na solução do ceticismo inferencial probabilista²⁴. Na Seção V, Hume diz: “há, no entanto, uma espécie de filosofia que parece pouco sujeita a este inconveniente, pois não se abala por nenhuma paixão desordenada da mente humana e nem se mistura a tendências ou afetos naturais, e esta é a filosofia Acadêmica ou Cética” (EHU, II. V. 35).

Notar na imprecisão histórica de Hume, ao identificar a filosofia acadêmica com o ceticismo (do mesmo modo, iguala os termos ‘pirronismo’ e ‘ceticismo’). A filosofia acadêmica parece o antídoto contra as desordens das paixões, pois suspende a interferência das mesmas, ou seja, Hume define a filosofia cética (acadêmica) contrariamente a uma das teses naturalistas de seu empirismo cético²⁵.

Se se define o ceticismo acadêmico pela dúvida, que resulta na suspensão do juízo sobre o âmbito teórico, pela não precipitação e pelo falibilismo, que estabelece os limites epistêmicos, na recusa das falsas abstrações; ainda assim esta definição do ceticismo acadêmico de Hume requer alguns ajustes. Porém, as ferramentas deste ceticismo são empregadas para minar as pretensões arrogantes das ciências e no combate à superstição. Neste contexto, a questão é a de

²⁴ Define-se esta nomenclatura do seguinte modo: dado que a probabilidade substitui a certeza enquanto modalidade de conhecimento e dado que a inferência sobre a existência do mundo exterior é somente provável, este quadro parece pressupor e resultar em ceticismo.

²⁵ Conforme o Livro III do *Tratado*, de que a naturalidade das paixões se sobrepõe à razão. A definição acima do ceticismo acadêmico remete ao estoicismo. No entanto, ao compreendermos que a negação do conhecimento permite ao acadêmico uma tranquilidade que se realiza na suspensão total do juízo, explica-se a citação de Hume, mesmo que esta explicação resulte no problema moral da praticidade do ceticismo.

contra objetar àqueles que afirmaram ser o ceticismo acadêmico libertino e irreligioso. É preciso definir, então, a influência à qual se refere este ceticismo. Notar que a definição do ceticismo acadêmico por Hume na Seção V é muito próxima à definição de um tipo de estoicismo (não se desgasta contra nenhuma paixão desordenada e não mistura as afecções naturais).

Provavelmente, Hume conheceu o ceticismo acadêmico pelo diálogo *Academica*, de Cícero, e suas versões modernas, sobretudo, Locke. O contato com a obra do filósofo romano é corroborada pelas próprias menções a Cícero, ao longo da primeira *Investigação*²⁶. Assim, discorda-se de *scholars* contemporâneos, Plínio Smith (2017), por exemplo, que, em artigo recente, afirma que Hume desconhecia o diálogo *Academica*²⁷.

À solução do problema inferencial sobre a relação de causa e efeito, Hume mobiliza o hábito ou costume, como dispositivo natural do procedimento mental. Há um sentimento (concepção mais vívida e intensa de um objeto) que distingue entre crença e ficção (imaginação)²⁸, probabilizando, assim, o conhecimento das questões de fato (experiência). Pela constatação de que o conhecimento de fato é somente provável, probabilidade que se associa ao desconhecimento da relação de causa e efeito, o ceticismo permanece à espreita: “nenhuma conclusão pode ser mais agradável ao ceticismo do que a que descobre a fraqueza e as estreitas fronteiras da razão humana” (EHU, II. VII. 59). Este trecho parece referir-se aos acadêmicos, desde que o falibilismo é um dos tópicos que define esta tradição.

A ideia de conexão necessária não é um conhecimento de fato, mas um hábito mental cujo sentimento explica, de modo insatisfatório, a conexão entre os eventos. O falibilismo epistêmico (*the surprising ignorance and weakness of the understanding*), signo do ceticismo acadêmico, então, é uma função do desconhecimento de alguns fenômenos ou da estrutura metafísica que subjaz a estes fenômenos. Há, assim, uma definição deflacionada de ideia, pois esta modalidade de conhecimento de razão explica, somente de modo mínimo, alguns eventos

²⁶ Hume interpreta o extrato que cita em latim, do Livro V do *De finibus bonorum et malorum*, como um tipo de falibilismo epistêmico (sobre a memória), o que remete, vagamente, ao ceticismo (EHU, II. V. 42).

²⁷ Smith (p.347) afirma que, ao aderir à interpretação de Philo do ceticismo acadêmico, ou seja, de que o probabilismo e a *epochè* se excluem mutuamente, esta seria a posição de Hume, portanto, contra Cícero. No entanto, esta posição está presente no diálogo *Academica*, o que, então, corrobora o estudo de Hume deste diálogo. Ainda, Smith não comenta o trabalho decisivo de Schmitt (1972) sobre a questão da recepção deste diálogo na modernidade. Há o difícil problema sobre a identificação histórica das definições de ‘pirronismo’ e ‘ceticismo acadêmico’ na obra de Hume, mas a dificuldade desta questão não implica no desconhecimento dos céticos acadêmicos. Ainda, o argumento de Smith requer um ajuste, desde que afirma que as principais referências do ceticismo acadêmico de Hume encontravam-se no contexto francês. Ora, é justamente em contexto francês em que ocorre a difusão do diálogo de Cícero, de acordo com o mapeamento de Schmitt.

²⁸ O dispositivo da crença e do sentimento como recurso de contra objeção aos desafios céticos parece próximo do argumento moral de Cícero sobre a naturalidade intrínseca da adesão à virtude. O naturalismo de Hume parece influenciar-se, então, pelo argumento de Cícero que apela à natureza humana como base da virtude em questões morais.

de fato. Paradoxalmente, a impressão é a modalidade de conhecimento justificável, o que implica no empirismo cético. Assim, a *aporia* que motiva a investigação é a seguinte: se toda ideia é derivada de uma impressão, como pode haver ideia de causa e efeito, sem que haja uma impressão correspondente?!

De modo similar, a pergunta pela ideia de Deus, no quadro de uma epistemologia empirista e cética, pressupõe a definição sobre a impressão de Deus. Ora, a busca desta impressão encontra-se na Natureza, mesmo sendo a experiência falha em satisfazer o entendimento. Se há um falibilismo natural ou se há na natureza mistérios insondáveis, a junção destas questões encontra no ceticismo uma ferramenta explanatória. De todo modo, a posição de Hume sobre a origem e associação das ideias mina a razão em suas pretensões apriorísticas e dedutivas.

Hume nomeia a tradição acadêmica de filosofia cética (*sceptical Philosophy*), parecendo excluir do ceticismo o pirronismo ou atribuindo peso cético mais relevante à tradição acadêmica. Esta ambivalência levanta o problema das fontes do ceticismo acadêmico de Hume²⁹.

A *Seção XII*, mesmo apresentando um escopo histórico, parece probabilizar a inferência de que o próprio ceticismo de Hume seja uma versão moderna do ceticismo acadêmico. Assim, a interpretação do ceticismo por Hume é válida desde que o problema do insulamento motiva a pergunta pela definição do ceticismo e por como se viver através da dúvida e da incerteza.

Na Parte III da *Seção XII*, então, o argumento, mantendo certa cronologia, define o ceticismo acadêmico em contraposição ao pirronismo hiperbólico. Hume nomeia este ceticismo³⁰ de ceticismo mitigado ou de filosofia acadêmica (*a more mitigated scepticism or*

²⁹ Para a disponibilidade das obras de Sexto na época de Hume, ver: Popkin (1993)

³⁰ A classificação dos tipos de ceticismo apresenta mais dois subtipos: um ceticismo moderado, razoável, mitigado, que busca a imparcialidade do juízo através da higiene, livrando-se das falsas opiniões (acadêmico). O outro tipo de ceticismo define-se pelo problema do mundo exterior, pela dúvida dos sentidos e pelo problema de como a *res extensa* causa fenômenos na *res cogitans*, o problema da correspondência entre representação e causa da representação. O expoente do primeiro tipo parece ser Cícero e Locke e o do segundo tipo, Descartes e Berkeley. Mesmo que seja Berkeley (a suspeita parece se confirmar não somente pelos termos de Hume, mas pelo acento sobre o lado metafísico do problema), os termos da problematização deste terceiro tipo de ceticismo são cartesianos. A sequência introduz o problema do conhecimento das qualidades secundárias e primárias. Neste contexto, o ceticismo empirista de Locke parece ser a referência (*modern enquirers*), mesmo que Berkeley tenha se inspirado em Locke, propulsando o ceticismo sobre o conhecimento do mundo exterior até as qualidades primárias. Todo este início da Seção XII é formulado por uma argumentação cuja referência é a história da filosofia. A posição de Hume aparece a partir da mitigação do ceticismo hiperbólico sobre as matemáticas. Ao questionar-se o propósito do ceticismo sobre espaço-tempo, a resposta do cético não se mantém. Hume nomeia este ceticismo de ‘pirronismo’, ou seja, um ceticismo que não influencia a mente, pois aniquilaria a linguagem (*aphasia*) e a ação (*apraxia*): “Todo discurso e toda ação imediatamente cessariam (...)” (EHU, II. XII, II. 128). O apelo à natureza é a principal resposta aos corolários deste pirronismo hiperbólico. Mesmo que Hume defina o segundo tipo de ceticismo como ‘pirronismo’, ainda assim sua vertente parece mais próxima da influência

academical philosophy). De acordo com Jones, um dos tópicos do ceticismo de Cícero, reformulados por Hume é, exatamente a adesão a uma espécie de mitigação do ceticismo: “como um Prefácio ao índice e maiores detalhes subsequentes, listamos quatro teses gerais de Cícero às quais Hume, felizmente, emprega: (...) 3. Emprego de um ceticismo moderado somente e rejeição do ceticismo extremo como incompatível com a vida pratica” (Jones, 1982, p. 30).

Deste tipo de ceticismo, que se refere ao segundo tipo definido na Parte I (116), bifurcam-se dois subtipos. Se não é clara a referência do primeiro subtipo de ceticismo acadêmico ou mitigado, resultado do pirronismo hiperbólico, o segundo subtipo parece referir-se, claramente, a Locke: “é a limitação de nossas investigações a tais objetos como melhor adaptados à estreita capacidade do entendimento humano” (EHU, II. XII. 3).

A validade deste ceticismo incorre em certa incongruência, pois para combater as hipérboles da imaginação, inimigas do ceticismo acadêmico, é preciso convencer-se pela dúvida pirrônica (*the force of the Pyrrhonian doubt*). Os limites do escopo das indagações, motivado pela constatação das próprias capacidades epistêmicas, somente podem ser superados pela vida comum (*common life*) e pelo instinto natural (*natural instinct*)³¹.

No entanto, a constatação dos limites epistêmicos é uma constatação natural, mas que não implica a negação, nem das ciências de razão (quantidade e número), único conhecimento onde há demonstração, nem das questões de fato (conhecimento onde não há demonstração, história)³².

Na finalização da primeira *Investigação*, a estrutura da Seção XII é similar à conclusão do Livro IV do *Ensaio Sobre O Entendimento Humano*. Hume esboça uma classificação do conhecimento, com base na bifurcação entre conhecimento de razão e conhecimento de fato, bifurcação esta que leva a outras oposições, como a diferença entre ciência do universal e ciência do particular e, sobretudo, à distinção entre experiência e razão.

acadêmica, pois a conclusão do segundo tipo é uma versão da impossibilidade epistêmica acadêmica aplicada ao problema do mundo exterior.

³¹ Há uma discordância sobre a inspiração desta solução, ou seja, de que o instinto e as crenças munem o acadêmico na superação do ceticismo rude (o naturalismo de Hume como resposta ao ceticismo). Para Jones (1982), a solução naturalista inspira-se diretamente em Cícero. Para Smith (2017), são os céticos modernos, ironicamente Pascal, que formulam a resposta naturalista ao ceticismo hiperbólico ou rude.

³² Não há demonstração dos conhecimentos de fato (da ciência da história, portanto), pois o conhecimento dos fatos históricos, pelo dispositivo exclusivo do testemunho, não é de primeira ordem. Assim, o fato histórico é concebível, o que não impede sua negação (a nível epistêmico, o conhecimento sobre César e sobre o anjo Rafael não se opõe, pois não há testemunho empírico, atual, de César). O conhecimento de fato, então, baseia-se na relação de causa e efeito. O conhecimento de razão, por outro lado, por se embasar na ideia, é demonstrável. Da não identidade entre o quadrado de 2 e a soma de 2 e 3 não há contraditório.

Bibliografia:

- BOLZANI, R. 2013. *Acadêmicos versus Pirrônicos*. São Paulo: Alameda.
- BEVAN, E. 1913. *Stoics And Sceptics*, Chicago: Ares Publishers, pp.121-52.
- BRÉHIER, É. 1966. *The History of Philosophy. The Seventeenth Century*. Translated by Wade Baskin. Chicago and London : The University Of Chicago Press.
- BROCHARD, V. 2009. *Os Céticos Gregos*, São Paulo: Odysseus, pp.107-231.
- CÍCERO, M. T. 1933. *On the nature of Gods*, Cambridge: Harvard University Press.
- CÍCERO, M. T. 1933. *Academic*, Cambridge: Harvard University Press.
- CÍCERO, M. T. 2006. *On Academic Scepticism*. Translated, with Introduction and Notes, by Charles Brittain. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company.
- CÍCERO, M. T. 2012. Luculo (Academica priora) e Da Antiga à Nova Academia (Academica posteriora). *Textos Filosóficos*. Tradução de J.A Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, PP. 93-245.
- CÍCERO, M. T. 2012. Hortênsio, Exortação à Filosofia (fragmentos). *Textos Filosóficos*. Tradução de J.A Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, PP. 33-93.
- DIÔGENES LAËRTIOS. 1988. *Vidas E Doutrinas Dos Filósofos Ilustres*, Brasília: Editora UNB.
- DUMONT, J-P. 1985. *Le Scepticisme Et Le Phénomène*, Paris : J.Vrin, pp.1-33.
- GILSON, E ; LANGAN, T. 1963. *Modern Philosophy Descartes to Kant*. New York : Random House.
- HUME, D. 1952. *An Enquiry Concerning Human Understanding*. Chicago-London: William Benton
- HUME, D. 1954. Dialogues concerning Natural Religion. *The Philosophical Works of David Hume*. Boston: Little, Brown and Company, Vol. II
- HUME, D. My Own Life. 1987. *Essays – Moral, Political And Literary*, Indianapolis: Liberty Fund, pp.xxxi-xli
- HARRISON, J and LASLETT, P. 1965. *The Library of John Locke*. Oxford : Oxford University Press.
- JONES, P. 1982. *Hume's Sentiments. Their Ciceronian and French Context*. Edinburgh : Edimburgh University Press.
- LOCKE, J. 1952. *An Essay Concerning Human Understanding*. Chicago: William Benton.

- LOCKE, J. 2012. *Ensaio Sobre O Entendimento Humano*. São Paulo: Martins Fontes (selo Martins).
- OLIVEIRA, M. F. de. 2021. A Recepção Do Ceticismo Cartesiano No Ceticismo De Hume: Tratado I.4 (Seções 1, 2, 4 e 7). *Sképsis: Revista de Filosofia*. Vol. XII, Nº22, pp.40-64
- PENELHUM, T. *God And Skepticism – A Study in Skepticism and Fideism*. Dordrecht: D.Reidel Publishing Company, 1983.
- POPKIN, R. 1980a. David Hume: His Pyrrhonism and His Critiques of Pyrrhonism. *The High Road To Pyrrhonism*. San Diego: Austin Hill Press, pp.103-33.
- POPKIN, R. 1980b. David Hume and the Pyrrhonian Controversy. *The High Road To Pyrrhonism*. San Diego: Austin Hill Press, pp.133-49.
- POPKIN, R. 1993. Sources of Knowledge of Sextus Empiricus in Hume's Time, *The Journal of History of Ideas*, v.54, pp.137-41.
- POPKIN, R. 2003. *The History of Scepticism: From Savonarola to Bayle*. Oxford: Oxford University Press.
- SANTO AGOSTINHO. 2014. *Contra Os Acadêmicos*. Petrópolis: Editora Vozes.
- SCHMITT, C. B. 1972. *Cicero Scepticus: a study of the influence of the Academia in the Renaissance*, The Hague: Martinus Nijhoff
- SEXTUS EMPIRICUS. 1933. *Outlines Of Pyrrhonism*. Massachusetts London: Harvard University Press, Loeb Classical Library
- SMITH, N. K. 1941. *The Philosophy Of David Hume – A Critical Study Of Its Origins And Central Doctrines*. Madrid: Mac Millan And Company Limited
- SMITH, P. J. 2017. Hume's Academic Scepticism In Its French Context. *Academic Scepticism in the Development of Early Modern Philosophy*. Switzerland : Springer, pp.345-365.
- THORSRUD, H. 2009. *Ancient Scepticism*. Los Angeles: University of California Press, pp.36-102.
- WOOLF, R. 2015. *Cicero The Philosophy Of A Roman Sceptic*. London and New York: Routledge.